

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese (doutorado) | <input type="checkbox"/> Artigo científico |
| <input type="checkbox"/> Dissertação (mestrado) | <input type="checkbox"/> Capítulo de livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia (especialização) | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input checked="" type="checkbox"/> TCC (graduação) | <input type="checkbox"/> Trabalho apresentado em evento |

Produto técnico e educacional - Tipo:

Nome completo do autor:

Rosalba Soares de Moura

Matrícula:

2018.201221350840

Título do trabalho:

Educação Inclusiva e Deficiência Visual

RESTRICÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO

Documento confidencial: Não Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: / /

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O(a) referido(a) autor(a) declara:

- Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- Que obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Rosalba Soares de Moura

Orizona
Local

19/11/2022
Data

Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais

Ciente e de acordo:

Assinatura do(a) orientador(a)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO -

Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância



Anexo II

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO

Ao(s) 08 dia(s) do mês de Outubro de dois mil e vinte e dois, às 16 horas e 00 minutos, reuniu-se a banca examinadora composta pelos docentes: Tatiana Guimarães Sampaio (orientadora), Debora Carla de Souza Carvalho (membro), Gessiene Soares dos Santos (membro), para examinar o Trabalho de Curso intitulado “Educação Inclusiva e Deficiência Visual” do(a) estudante Rosalba Soares de Moura, Matrícula nº 2018201221350840 do Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância. A palavra foi concedida ao(a) estudante para a apresentação oral do TC, houve arguição do(a) candidato pelos membros da banca examinadora. Após tal etapa, a banca examinadora decidiu pela APROVAÇÃO do(a) estudante. Ao final da sessão pública de defesa foi lavrada a presente ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Orientador/Presidente da Banca

Membro

Membro

Acadêmico

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DEFICIÊNCIA VISUAL¹

Rosalba Soares de Moura²

Tatiana Guimarães Sampaio³

RESUMO

A educação inclusiva para deficientes visuais é um desafio para as instituições de ensino, tendo como um dos principais desafios à capacitação dos professores para trabalhar diretamente com crianças e adolescentes com esse tipo de limitação e garantir a aprendizagem de qualidade. O presente trabalho tem como objetivo pesquisar como vem ocorrendo o atendimento de inclusão de crianças e adolescentes com deficiência visual no Brasil. Esta pesquisa foi realizada a partir de revisão bibliográfica feita em revistas, livros, dissertação de mestrado, diretrizes educacionais, tcc, artigos e documentos online/link. A pesquisa seguiu a seguinte estrutura: caracterização da deficiência visual, inclusão escolar e deficiência visual, a importância da família na inclusão de crianças com deficiência visual, tecnologia assistiva e aprendizagem. A inclusão educacional de qualidade é garantida pela legislação brasileira. Diante da pesquisa realizada buscou-se discutir as metodologias implantadas e aplicadas nas escolas e percebeu-se a importância e necessidade da estimulação precoce dessas crianças, a tecnologia assistiva e a qualificação do professor sendo fundamentais para o sucesso e aprendizagem de crianças com deficiência visual. Por tanto os resultados mostram que a qualificação profissional e o planejamento escolar em conjunto com a família são um método eficaz para garantir a estimulação da criança em tarefas realizadas em casa, o uso das tecnologias assistivas é uma ferramenta necessária para garantir a inclusão de maneira efetiva e a união da família e escola é fundamental para o processo de inclusão educacional garantindo melhores condições de aprendizagem e melhores perspectivas de vida futura.

Palavras-chave: Aprendizagem, família, metodologias, tecnologias assistivas.

¹ Artigo apresentado na disciplina de TCC II do curso de Licenciatura em Pedagogia (EPT) na Modalidade a Distância, Polo Universidade Aberta do Brasil - UAB, do Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí.

² Acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia (EPT) na Modalidade a Distância, Polo Universidade Aberta do Brasil - UAB, do Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí.

³ Orientadora do curso de Licenciatura em Pedagogia (EPT) na Modalidade a Distância, Polo Universidade Aberta do Brasil - UAB, do Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí.

ABSTRACT

Inclusive education for the visually impaired is a challenge for educational institutions, having as one of the main challenges the training of teachers to work directly with children and adolescents with this type of limitation and ensure quality learning. The present work aims to research how the inclusion service of children and adolescents with visual impairment has been taking place in Brazil. This research was carried out based on a bibliographic review carried out in magazines, books, master's dissertation, educational guidelines, tcc articles and documents online/link. The research followed the following structure: characterization of visual impairment, school inclusion and visual impairment, the importance of the family in the inclusion of visually impaired children, assertive technologies and learning. Quality educational inclusion is guaranteed by Brazilian legislation. In view of the research carried out, we sought to discuss the methodologies implemented and applied in schools and the importance and need for early stimulation of these children was perceived, assisted technologies and teacher qualification being fundamental for the success and learning of children with visual impairments. Therefore, the results show that professional qualification and school planning together with the family are an effective method to guarantee the stimulation of the child in tasks carried out at home, the use of assistive technologies is a necessary tool to guarantee inclusion in an effective way. and the union of family and school is fundamental for the educational inclusion process, guaranteeing better learning conditions and better future life perspectives.

Keywords: Learning, family, methodologies, assistive technologies.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente a educação no Brasil têm se preocupado com o processo de inclusão. A inclusão de crianças e adolescentes com algum grau de deficiência visual ainda é um desafio para a educação. O presente trabalho tem como objetivo pesquisar como ocorre o atendimento de inclusão de crianças e adolescentes com deficiência visual.

A investigação foi realizada através de revisão bibliográfica, a pesquisa estar estruturada em: caracterização da deficiência visual, inclusão escolar e deficiência visual, a importância da família na inclusão de crianças com deficiência visual, tecnologia assistiva e aprendizagem. Dessa forma o presente trabalho busca elucidar estas questões e discutir as metodologias implantadas e aplicadas nas escolas inclusivas.

De acordo com Santos (2012), durante muitos anos é percebido que os mesmos foram excluídos da sociedade, devido às dificuldades em todos os seus âmbitos, principalmente em relação à educação escolar. Atualmente a inclusão escolar tem um papel muito importante na vida das crianças com limitações visuais, a exclusão que ocorria há alguns anos atrás em todos os âmbitos, ocorria principalmente dentro da família. A inclusão na educação escolar tem um papel fundamental na luta por direitos igualitários na sociedade atual, é importante

analisar o papel da família no processo de educação inclusiva de crianças com deficiência visual, visando assegurar os direitos garantidos por lei e o processo de aprendizagem.

O tema é bastante discutido na sociedade atual, a discussão sobre escola inclusiva gera divergências, visto que as escolas podem dizer que são inclusivas por manter o primeiro passo que é trazer o aluno para dentro da escola, mas é necessário garantir a educação de qualidade para as crianças e adolescente com deficiência visual.

No começo da vida de 0 a 03 anos a criança começa a interagir com o mundo ao seu redor, vai iniciar seu conhecimento de mundo, desenvolvendo o sensório motor. A parceria escola e família são fundamentais, é nessa fase que a criança vai interagir com podem contribuir para a criança enfrentar os obstáculos impostos pela deficiência visual. Para Gil (2000), a estimulação precoce é um método trabalhoso, mas também muito interessante, os adultos que acompanham a criança com deficiência visual têm a função de ajudá-la a utilizar as mãos para descobrir o mundo e se interessar por ele.

O conceito de estimulação precoce adotado pelo Ministério da Educação (Série Diretrizes nos 3, Secretaria de Educação Especial, 1995) é o seguinte: Conjunto dinâmico de atividades e de recursos humanos e ambientais incentivadores, destinados a proporcionar à criança, nos seus primeiros anos de vida, experiências significativas para alcançar pleno desenvolvimento no seu processo evolutivo.

Com base na discussão, é importante salientar que a criança com deficiência visual deve ser estimulada desde cedo, para que possam se adaptar ao meio. A escola juntamente com a família deve explorar o mundo ao seu redor utilizando o tato, olfato e audição. Essa estimulação deve ser através de brincadeiras e que seja prazerosa para a criança, pois a criança com cegueira não tem interesse em pegar ou tatear objetos. A ausência de estímulos no período de 0 a 3 anos vai interferir no desenvolvimento pré-escolar de crianças com deficiência visual.

Por tanto, o presente estudo tem como objetivo fazer uma análise do processo de ensino aprendizagem de crianças com deficiência visual, estudando o contexto educacional de educação inclusiva, levando em consideração a importância da união família e escola no processo de educação inclusiva.

Caracterização da Educação Inclusiva

O processo educativo, na busca desta conquista da consciência de si mesmo e a capacidade de conduzir sua vida, tem papel fundamental, começando pela mudança de concepção da família, da sociedade e dos envolvidos no processo educativo como um todo.

Ao abordar o processo educativo como principal mecanismo inclusivo, ao quais as diferenças sejam acolhidas, percebe-se que esta é uma das principais propostas educativas na sociedade atual, tendo ela papel fundamental na vida de muitos educandos.

Neste contexto, Mantoan (2000, p. 5), afirma:

A escola para a maioria das crianças brasileiras é o único espaço de acesso aos conhecimentos universais e sistematizados, ou seja, é o lugar que vai lhes proporcionar condições de se desenvolver e de se tornar um cidadão, alguém com identidade social e cultural. Melhorar as condições da escola é formar gerações mais preparadas para viver a vida e sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras. Não podemos nos contradizer nem mesmo contemporizar soluções, mesmo que o preço que tenhamos de pagar seja bem alto, pois nunca será tão alto quanto o resgate de uma vida marginalizada, uma evasão, uma criança estigmatizada, sem motivos. A escola prepara para o futuro e de certo que se as crianças conviverem e aprenderem a valorizar a diversidade nas suas salas de aula será adultos bem diferentes de nós, que temos de nos empenhar tanto para defender o indefensável.

Como percebe-se, a educação no âmbito inclusivo, não se resume a educação apenas de pessoas com deficiência, mas de todos envolvidos neste processo, começando pelos próprios educadores, que devem romper com velhos hábitos educacionais, abrir-se para o novo. Atitude esta que requer disposição e conhecimento (GADOTTI, 2000).

Não é fácil romper com velhos hábitos, principalmente em uma sociedade na qual a pessoa com deficiência, historicamente foi visto incapaz do convívio social, estando desta forma ressaltada por Castanheira e Kelman (2013, p. 341), ao afirmarem que:

Ao longo da história as pessoas que apresentavam algum atraso em relação ao desenvolvimento típico do ser humano encontravam diversas barreiras, sendo o preconceito a causa maior e mais impeditiva que a deficiência em si. Considerados loucos ou possuídos por uma entidade demoníaca, tais sujeitos eram aprisionados em sanatórios, visto que confundidos com doentes mentais, “esquecidos” sem educação formal, já eram considerados inaptos para o aprendizado e até mesmo executados nas mais diversas culturas.

Infelizmente, mesmo diante das mudanças sociais pelas quais a sociedade passou o preconceito e a concepção de incapacidade com relação a pessoas com qualquer tipo de deficiência, ainda são obstáculos para o ingresso e o sucesso destas pessoas socialmente, tendo em vista que todos, independentemente de suas limitações podem se desenvolver a ter uma vida com qualidade e maior autonomia possível.

A cultura e a concepção de incapaz e excluído do convívio social tem que ser rompida, sendo necessário começar com a concretização do paradigma da inclusão, oferecendo

oportunidades para que todos possam desenvolver seus potenciais. Para Castanheira e Kelman (2013, p. 342):

Apesar dos 30 anos desde que se iniciou uma concepção do modelo social de deficiência, a área médica, à qual sempre foi dada uma enorme credibilidade como verdade científica, continua impondo barreiras à inclusão da pessoa com deficiência na sociedade. Porém com os avanços na concepção do modelo social de deficiência na sociedade. Porém com os avanços na concepção sobre deficiência, com uma legislação bem embasada e bem estruturada e principalmente com a atuação das pessoas com deficiência guiando o olhar da sociedade para as causas que aumentam as distâncias e a forma se superá-las espera-se alcançar uma nova era onde deficiência seja apenas um dos elementos para a diversidade humana.

Percebe-se que a construção de uma sociedade realmente inclusiva, caminha a passos lentos, mesmo porque ainda há a existência da fragmentação do conhecimento, destacando-se educação e saúde, esferas essas fundamentais, mas que ainda não há a união necessária e ideal para a conquista da independência dos deficientes.

Quando se fala que saúde e educação não direcionam para o mesmo objetivo, é justamente por falta de entrosamento destas esferas, da visão que cada uma traz na percepção da pessoa com deficiência.

Em sua historicidade, a saúde esteve aos cuidados destas pessoas, tratando suas especificidades como doença, sem perspectiva de autonomia, mas sempre com dependência do Sistema de Saúde e da família, limitados aos cuidados de outros.

Diante desta situação, surgem movimentos sociais que clamam por condições de vida independente, na qual possam ser a si mesmo e se autorrealizarem enquanto seres humanos. Contexto este, que Castanheira e Kelman (2013, p. 343), destacam:

Inclusão engloba o conceito de participação plena e o lema “Nada Sobre Nós, Sem Nós”, usado há mais de duas décadas pelas pessoas com deficiência para promover seus direitos resume a luta por autonomia, auto advocacia e empoderamento. O primeiro documento oficial que faz alusão ao lema foi a Declaração de Madri em 23 de março de 2002, formulada durante o Congresso europeu sobre Deficiência em Madri, onde se lê “Nada Sobre Pessoas com Deficiência, Sem as Pessoas com Deficiência”. Em 2004, no dia Internacional da Pessoa com Deficiência (3 de dezembro) o Secretário Geral da ONU, Kofi Annan disse que o lema do movimento internacional das pessoas com deficiência “Nada Sobre Nós, Sem Nós” resume a mudança que ocorreu nos últimos anos e que estes indivíduos precisam desfrutar de todos os seus direitos. Isto aconteceu por causa da mudança da perspectiva integracionista para uma perspectiva integracionista para uma perspectiva de inclusão.

Movimentos que lutam pela conquista da autonomia e melhor qualidade de vida para pessoas com deficiência, não é novo, muito menos limitado a uma única nação, é um

movimento com históricos mundiais, envolvendo todas as angústias e esperanças de pessoas excluídas por terem suas próprias especificidades.

A educação é à base de uma sociedade mais justa e igualitária. É crescente a preocupação com a educação inclusiva de alunos com deficiência visual a fim de garantir um ensino de qualidade e melhor qualidade de vida.

Para (MOSQUERA, 2010), as pessoas cegas representam uma parcela significativa da população brasileira, estima-se que haja aproximadamente 640 mil cegos para uma população brasileira em torno de 160 milhões. A cegueira é uma deficiência visual, ou seja, uma limitação de uma das formas de apreensão de informações do mundo externo a visão. Há dois tipos de deficiência visual: cegueira e baixa visão “As causas da deficiência, o momento e a forma da perda visual (progressiva ou repentina), o contexto psicológico, familiar e social influencia o modo como à pessoa vive sua condição de cegueira.” (NUNES, 2010).

A cegueira, ou perda total da visão, pode ser adquirida, ou congênita (desde o nascimento). O indivíduo que nasce com o sentido da visão, perdendo-o mais tarde, guarda memórias visuais, consegue se lembrarem das imagens, luzes e cores que conheceu, e isso é muito útil para sua readaptação. Quem nasce sem a capacidade da visão, por outro lado, jamais pode formar uma memória visual, possuir lembranças visuais. (MARTA, 2000, p 7).

Observa-se a partir dos estudos dos autores que uma pequena parte da população brasileira possui algum tipo de cegueira. As causas da cegueira podem ser adquirida ou congênita e isso vai influenciar ou definir no planejamento de quais metodologias adequadas serão utilizadas no processo de inclusão para que o aluno cego possa atingir o objetivo esperado.

Inclusão Escolar e Deficiência Visual

Ao analisar a construção histórica da sociedade no decorrer do tempo, percebe-se que incluir um deficiente no âmbito social sempre foi um obstáculo, visto como se devido suas limitações estes indivíduos não tenham direitos de terem uma qualidade de vida melhor.

Desta forma para o deficiente visual se incluir na sociedade é uma luta, mesmo porque assim como outras deficiências nem sempre se teve um olhar voltado na busca de suprir suas limitações.

A concepção de autonomia do deficiente visual, conforme destaca Mantoan (1990), se aplica a qualquer indivíduo e está ligada à noção de empoderamento do indivíduo, principalmente aquele que possui algum não só deficiência visual, mas qualquer tipo de

deficiência; é a capacidade de advogar em causa própria, tomando decisões baseadas em suas escolhas, negando o caráter assistencialista que tem predominado na Educação Especial – a de que o indivíduo necessita de outro para pensar por ela.

É importante ressaltar que não estamos negando que muitas deficiências, especialmente aquelas que causam atrofia muscular, impedem que o indivíduo realize ações sem o auxílio externo; a intenção deste estudo é problematizar a criação de condições que possibilitem ao indivíduo participar destas escolhas.

A deficiência visual engloba o universo de pessoas cegas e com baixa visão ou visão subnormal, decorrente de problemas degenerativos de diferentes ordens. Em 1942, o IBC (Instituto Benjamin Constant) editou em braile a Revista Brasileira para Cegos e, já em 1943, instalou uma imprensa também em braile para auxiliar especialmente os alunos do Instituto. Alguns anos seguintes, precisamente em 17 de setembro de 1949, através da Portaria Ministerial n.º 504, começaram a distribuir livros em braile às pessoas cegas. (BRASIL, 2006).

Segundo o SEESP/SEED/MEC (BRASIL, 2007), é considerada cega à pessoa que vive na total escuridão; também se inserem nesta categoria aquelas consideradas legalmente cegas, apesar de terem alguns resquícios visuais. Diante do exposto, é relevante recorrer a Ferreira (2010, p. 19) que destaca:

Uma pessoa é considerada cega quando, após a melhor correção óptica do seu “melhor olho”, estiver posicionado exatamente a 60m, justamente de quem tem visão nítida, e conseguir perceber somente os objetos colocados à distância de 3m. Por isso, é usada a expressão 3/60. Pode se dizer que a pessoa sem deficiência visual percebe algo a 60m e a pessoa cega só percebe se estiver a 3m. Se o leitor ficou atento percebeu que acuidade visual dessa pessoa é bastante diminuída em relação às pessoas sem deficiência visual.

Entende-se que a pessoa com DV não tem um campo visual funcional, ou seja, sua amplitude visual é inferior a 60m, considerado “normal” às pessoas videntes. As pessoas consideradas cegas não apresentam nenhuma percepção ou projeção de luz. Visto que a pessoa com DV tem a visão comprometida, impedindo-os de visualizar os objetos através dos olhos, esses têm que se beneficiar dos demais sistemas sensoriais para perceber e conhecer o mundo em seu redor.

Neste contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma modalidade da educação inclusiva que tem por objetivo identificar, elaborar e organizar-se pedagogicamente, criando meios que promovam a acessibilidade, delimitando as barreiras

para a participação plena do aluno, de forma a levar em consideração suas especificidades. Estas premissas estão previstas na PNEE-EI (BRASIL, 2008, p. 103-104), que preconiza:

A política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva apresenta como objetivo assegurar a inclusão escolar dos alunos considerados públicos-alvo da educação especial. Para isto, orientar os sistemas de ensino regular, participação, aprendizagem continuada nos níveis mais elevados do ensino visa à transversalidade da modalidade de educação superior, oferta do AEE; formação de professor para o AEE e dos demais profissionais da educação para inclusão; participação da família e da comunidade e acessibilidade arquitetônica nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informações, e articulações Inter setorial na implantação das políticas públicas.

Com o advento da TA, temos a disponibilização de programas computadorizados, como lupas eletrônicas, sintetizadores eletrônicos *Dosvox*, bengala dotadas de sensores – fazendo com que a vida das pessoas com DV melhore. Persiste, ainda, o mito na sociedade contemporânea de que um indivíduo DV é incapaz de aprender, tem seu cognitivo afetado, julgando-os deficientes intelectuais também.

A criança cega ou DV precisa aprender seus primeiros estímulos em casa com os pais, pois esta deficiência sensorial não retira da criança sua capacidade de aprender coisas novas, nem que ficará estagnada pela vida toda. A presença e apoio da família são indiscutíveis oferecendo os primeiros estímulos; é fundamental que os pais entendam isto e preparem a criança, estimulando seus outros sentidos, como tato e a audição, preparando-as para que, ao iniciarem sua vida escolar, tenham mais autonomia e um certo grau de independência, facilitando o convívio em sociedade.

A inclusão propõe sistema educacional de qualidade para todos os alunos, com ou sem deficiência a escola inclusiva. Segundo a PNEE-EI (BRASIL, 2008) a EE é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e todas as modalidades de educação básica e superior. De acordo com Mazzotta (2005), a defesa da cidadania e do direito à educação de pessoas com deficiência é considerada uma atitude recente na sociedade brasileira, mas ainda presenciamos medidas isoladas, tanto de indivíduos ou de grupos.

O AEE é considerado, uma atitude transdisciplinar que envolve uma ação inclusiva, respaldada pelo respeito aos direitos e às condições de vida das pessoas com deficiência, no qual Fávero (200, p. 67-687) afirma:

O Atendimento Educacional Especializado é uma forma de garantir que sejam reconhecidas e atendidas as particularidades de cada aluno com deficiência. São consideradas as matérias do Atendimento Educacional Especializado: LIBRAS; ensino de Língua Portuguesa para surdos; código braile; orientação e mobilidade; utilização do Soroban; as ajudas técnicas, incluindo informática adaptada; mobilidade e comunicação alternativa; tecnologias assistiva; informática educativa; educação física adaptada; enriquecimento e aproveitamento do repertório de conhecimento; atividades da vida autônoma e social, entre outras.

Nesta perspectiva, o AEE, além de ser uma das formas de se garantir e reconhecer de forma eficaz, as necessidades específicas dos alunos com deficiência, tem, sobretudo, suas próprias características de atendimento.

A Portaria nº 2.678, de 24 de setembro de 2002 (BRASIL, 2002), dispõe sobre diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional.

Sendo assim, é necessário que os sistemas educacionais e demais instâncias da sociedade organizem-se de forma a oferecer condições para que a pessoa com deficiência possa se autogovernar, conquistar sua autonomia, tomar suas próprias decisões, com qualidade de vida digna e inserção qualificada no mercado de trabalho.

Neste contexto podemos observar que na historicidade da pessoa com deficiência não só o visual, é um caminho árduo, que vem sendo trilhado desde o início dos tempos, sofrendo mudanças de acordo com as fases históricas e os interesses sociais vigentes, porém com alto grau de preconceito, que foi enraizando e que hoje é difícil de ser solucionado.

Para Macêdo (2002), as pessoas deficientes na antiguidade, eram vistas como aberração da natureza, assim não poderiam ser educadas. Aristóteles, por volta de 335 d. C., afirmava que o “surdo não pensa, não pode ser considerado humano” (MACÊDO, 2002, p. 13 apud GOLDEFELD, 1997, p. 24), tal fala baseada no fato de que para este filósofo o desenvolvimento do pensamento ocorria por meio da linguagem.

Ainda com Macêdo (2002), podemos destacar que os surdos não frequentavam a escola por serem considerados incapazes de ser ensinados. Assim eram excluídas socialmente, principalmente aquelas que não falavam. Tal exclusão se resumia em serem proibidas de casar, possuir ou herdar bens e viver como as outras pessoas. Portanto ao serem privadas de seus direitos básicos, ficavam com a própria sobrevivência comprometida.

Sabemos que o processo de inclusão da pessoa com deficiência no âmbito educacional é repleto de erros e acertos, o melhor dizendo, mas erro do que acerto. Não é fácil após anos

de exclusão criar-se mecanismo de inclusão da pessoa com deficiência que atenda boa parte dos que necessitam e esteja de acordo com o respeito as suas especificidades.

Neste contexto de erros e acertos tentou-se o ensino especial em classes especiais. Percebendo o equívoco desta proposta, que em sua essência de certa forma, mas excluía do que incluía, optou-se por inserir a pessoa com deficiência nas salas regulares, sendo que este processo também tem fracassado, mesmo porque a escola e os professores ainda não estão preparados para ensinar esses alunos.

Ao analisar a construção histórica da sociedade no decorrer do tempo, percebe-se que incluir o aluno que apresenta alguma deficiência no âmbito social sempre foi um obstáculo, visto como se devido suas limitações estes indivíduos não tinham direitos de terem uma qualidade de vida melhor.

Desta forma para o deficiente auditivo se incluir na sociedade é uma luta, mesmo porque assim como outras deficiências nem sempre se teve um olhar voltado na busca de suprir suas limitações.

Analisando a situação de um deficiente auditivo no que se refere a sua comunicação com a sociedade observa-se, que ela praticamente não existe, restringindo-se muitas vezes ao ambiente familiar, construída através da convivência e da necessidade de interação entre seus membros.

É comum encontrarmos deficientes visuais com uma habilidade cognitiva grande, pois demonstram um excelente potencial para aprendizagem, no entanto em decorrência da sua limitação acaba ficando isolado, apresentando mais cedo ou mais tarde, sintomas de baixa autoestima e depressão.

Atualmente a inclusão escolar tem preocupado as instituições de ensino. As escolas precisam estar preparadas para receber o aluno com deficiência visual. As escolas de ensino regular recusam matrículas e estimulam as famílias a procurarem escolas especializadas. Em Dutra (2011, p. 20):

Pois a mesma não dispõe de profissionais capacitados, acessibilidade ou mesmo por desconhecimento sobre esse tipo de deficiência. A autora concluiu que são necessárias transformações, decisões de mudanças em cada um dos agentes deste processo: pais, educadores, educando e todos os membros da Comunidade escolar.

Com a crescente presença de alunos cegos tanto nas escolas especiais como nas escolas de ensino regular, também cresce a possibilidade de capacitação nesta área, que todos os docentes devem direcionar um pouco de atenção, pois graças aos princípios de inclusão,

qualquer um pode ter uma criança cega em sua sala de aula. (LIMA, 2013). A inclusão, na maior parte das vezes, resulta é frequentar a escola que um aluno jamais frequentaria na ausência de uma necessidade especial significativa: “A inclusão implica que os professores têm o direito de esperar e de receber preparação apropriada na formação inicial em educação e desenvolvimento profissional contínuo durante sua vida profissional.” (OLIVEIRA, 2005).

Diante dos questionamentos dos autores acredita-se o processo de inclusão seja contínuo e a união escola e família seja uma estratégia para procurar solucionar os problemas enfrentados para a inclusão escolar de alunos com deficiência visual. Importante salientar a importância do professor neste processo de inclusão, pois ele que vai trabalhar diretamente com o deficiente visual, sendo necessária uma capacitação nesta área.

Tecnologias assistivas e aprendizagem para alunos com cegueira

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – 9.394/96, no artigo 59 parágrafo I:

Art. 59: Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – Currículos, métodos, técnicas e recursos educativos e organização específica para atender suas necessidades.

Segundo a Lei a instituição escolar deve assegurar ao educando meio de permanência na escola adaptando currículo, metodologia, tecnologia assistiva para garantir a aprendizagem e autonomia do educando.

De acordo com Lévy (1998, p.86):

Poucas inovações tecnológicas provocam tantas mudanças em tão pouco tempo na sociedade como as novas tecnologias de informação e comunicação – TIC -. Dentro dessas mudanças está inserida a educação. Novas maneiras de pensar e conviver estão sendo elaboradas no mundo das telecomunicações e da informática.

Para o autor essas novas tecnologias são de suma importância para a qualidade de vida das pessoas com deficiência, porém exige ampla dedicação por parte dos professores ou cuidadores para se aperfeiçoarem com isso desenvolver um trabalho pedagógico com as pessoas com deficiência seja qual for a sua limitação.

Goffman (1982), afirma que uma pessoa estigmatizada terá poucas chances de mostrar seus atributos, uma que a imagem que a sociedade faz dela não é condizente com aquilo que ela pode fazer ou dizer. Desta forma, Goffman (1982, p.14) acrescenta:

(...) um indivíduo que poderia ser facilmente recebido na relação social cotidiana, possui um traço que pode se impor a atenção e afastar aqueles que ele encontra destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui um estigma, uma característica diferente do que havíamos previsto.

Até algumas décadas atrás a pessoa com deficiência ficava a margem da sociedade, estagnada até pela própria família que muitas vezes mantinha essas pessoas em casas, sem o convívio social. Com o passar do tempo, através de leis, discussões, lutas sociais, a mentalidade da sociedade foi se modificando. Hoje, apesar de ainda haver muito preconceito, a pessoa com deficiência é capaz de decidir por si própria e tomar decisões por elas mesmas. É onde entra a construção da autonomia.

Nos dias atuais, embora a luta pelas questões sociais continue sendo defendida por muitos movimentos sociais e políticas públicas, organizadas pela sociedade civil, as conquistas se tornaram mais árduas, pois após a consolidação das noções de estado mínimo, a exclusão social passou a ganhar mais espaço do que a ampliação da cidadania.

De acordo com Chauí (1989, p. 33):

Essa contradição é a chave da democracia moderna, pois a classe dominante moderna liberal ou conservadora, jamais foi nem pode ser democrática, e, se as democracias fizeram um caminho histórico, isto se deve justamente as lutas populares pelos direitos que uma vez tendo sido declarados, precisam ser reconhecidos e respeitados. A luta popular pelos direitos e pela criação de novos direitos tem sido a história da democracia moderna.

Através dessas lutas sociais e de políticas voltadas para os direitos das pessoas com deficiência é possível analisar que não é fácil para pessoa com deficiência, seja ela qual for viver em sociedade e ter voz ativa na mesma sendo respeitadas como cidadãos atuantes que são.

A deficiência visual engloba o universo de pessoas cegas e com baixa ou visão subnormal e decorrente de problemas degenerativos de diferentes ordens.

De acordo com o Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – (BRASIL, 2001), aproximadamente 25 milhões de brasileiros declararam possuir alguma deficiência, destes 16,6 milhões de brasileiros se enquadravam em alguma deficiência visual e 150 mil cegos.

Existe o conceito mais específico de deficiência visual definido por parâmetros legais, compreende no Decreto nº 5296 de 2 de dezembro de 2004, Artigo 5º, Capítulo II – Do atendimento Prioritário inciso 1º:

Deficiente visual, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho com melhor correção óptica; os cegos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°, ou a ausência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

Sendo que acuidade visual é à distância de um ponto ao outro em uma linha reta por meio do qual o objeto é visto. Pode ser obtida através da utilização de escalas a partir da normalidade da visão.

O atendimento educacional especializado em deficiência visual tem como público-alvo os alunos cegos e alunos com baixa visão. A baixa visão vai desde a simples percepção de luz até a redução da acuidade visual, fazendo com que cada aluno seja único.

O Brasil passou por grandes transformações na educação inclusiva. A instituição de ensino tem buscado a cada dia oferecer melhorias tecnológicas educação inclusiva das pessoas com deficiência visual.

O enorme avanço na área da informática tem proporcionado recursos valiosos para o processo de ensino-aprendizagem da pessoa com deficiência visual. Segundo o (ministério da educação-caderno TV escola, 2000). Há dois tipos de sistema de ampliação de letras para as pessoas com visão reduzida:

- softwares especiais, como o programa Lentepro, desenvolvido pelo Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, entre outros;
- sistemas que permitem a ampliação direta do texto, como os circuitos fechados de televisão.

Para pessoas com cegueira, há softwares que, com um sintetizador de voz, fazem a leitura do que aparece escrito na tela do microcomputador. (ministério da educação-caderno TV escola, 2000).

De acordo com Nazari (2017) o uso das tecnologias na educação tem se tornado importante recurso para favorecer o processo de ensino e aprendizagem a todos os sujeitos, inclusive das pessoas com deficiência.

Tendo em conta a contribuição do uso dessas tecnologias no atendimento as pessoas com deficiências o termo “Tecnologia Assistiva”, compreendida como dispositivos técnicos e processos que podem prover assistência ou reabilitação para pessoas com algum tipo de deficiência, proporcionando a mesma autonomia e independência na realização de atividades dia a dia. (NAZARI 2017, p.13)

Segundo Felicetti (2016), são exemplo de tecnologias assistiva (TA) os mouses diferenciados, teclados virtuais com varreduras e acionadores, softwares de comunicação

alternativa, leitores de texto, textos ampliados, mobiliário urbano acessível, bengala, cão guia, cadeiras adaptadas, entre outras.

Muitas delas podem ser confeccionadas com materiais alternativos e de baixo custo enquanto outras podem ser adquiridas em locais especializados. Muitas vezes é possível que a pessoa com necessidades específicas opte pela tecnologia que melhor ela se adapta, enquanto outras vezes é necessário que exista treinamento especializado. (FELLICET, 2016, p.22).

As transformações decorrentes da presença intensiva das novas tecnologias de informação e comunicação nos espaços sociais passam a ser constitutivas de processos humanos complexos, como a aprendizagem e o desenvolvimento. (COELHO, 2016).

Para Borges 2018, materiais impressos que lupas ópticas são incapazes de ampliar suficientemente para permitir a leitura. Eles podem ampliar imagens em até 66 vezes sem nenhuma distorção, além de mudar cores e contrastes para atender às necessidades diversas de cada pessoa com deficiência visual.

Dentre os recursos eletrônicos destacamos: Circuito Fechado de Televisão (CCTV), lupa eletrônica, digitalizadores e leitores autônomos de textos e vídeo ampliadores. Os recursos de tecnologia de informação e comunicação (TIC) constituem-se como importantes ferramentas para as pessoas com baixa visão e funcionam mediante interfaces visuais, sonoras e táteis ou pela combinação entre elas. O principal dispositivo dessa categoria é o computador, que, por meio de softwares e recursos, permite atender às necessidades de cada pessoa no que se refere à ampliação, ao contraste, à edição de texto e suporte sonoro. (BORGES,2018, p. 30)

Com os estudos dos referentes autores podemos observar que o avanço tecnológico foi benéfico para inclusão educacional de alunos com deficiência visual. Com relação à tecnologia assistiva boa parte delas pode ser confeccionada com materiais de baixo custo, até com materiais recicláveis, porém é preciso observar qual melhor se adapta ao aluno, pois cada um tem suas especificidades no processo de aprendizagem.

Diante da problemática expostas pode-se observar que a inclusão educacional de crianças com deficiência visual não é função somente da escola. A família tem papel fundamental no processo de ensino aprendizagem da criança. Portanto a família, escola e as tecnologias assistivas aliadas à qualificação do professor são capazes de garantir um melhor aprendizado de crianças com deficiência visual.

MATERIAL E MÉTODOS

Como proposta da pesquisa buscou-se conhecer e estudar a problemática da inclusão escolar de alunos com deficiência visual. Para tanto fez se necessário à realização de uma pesquisa bibliográfica em livros, teses, artigos e documentos eletrônicos. A pesquisa teve como ponto de partida a caracterização da deficiência visual, inclusão escolar e deficiência visual, a importância da família na inclusão de crianças com deficiência visual, tecnologia assistiva e aprendizagem.

A finalidade da pesquisa quanto à natureza será básica estratégica, tendo como objetivo aprofundar o assunto sobre a educação inclusiva, avançando no conhecimento sobre metodologias na inclusão com alunos com deficiência visual.

A pesquisa será exploratória, tendo como objetivo proporcionar maior familiaridade com os problemas com vistas a torná-lo mais explícitos ou a construir hipóteses (GERHARD e, SILVEIRA 2009).

A abordagem do trabalho será qualitativa, analisando criticamente os dados coletados, não podendo ser quantificado. A pesquisa qualitativa não se preocupa com a representatividade numérica, mas sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização etc. (Gerhardt e Silveira, 2009. p.33) O foco é compreender e discutir como vem ocorrendo o processo de inclusão educacional de alunos com deficiência visual.

Quanto ao procedimento o presente trabalho será uma revisão bibliográfica. A pesquisa será realizada em revista, livro, dissertação de mestrado, diretrizes educacionais, tcc, artigos e documentos online/link. “Qualquer trabalho científica, inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite o pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.” (FONSECA, 2002, p.31).

Neste sentido o levantamento dos dados e análise dos dados deve ser realizado de maneira minuciosa e crítica. Para que assim possamos esclarecer a problemática em estudo.

Percebeu-se que nas literaturas analisadas a família e a escola têm um papel fundamental no processo de inclusão educacional no que se refere à estimulação precoce. As intuições que atendem crianças com algum grau de deficiência visual devem ter o planejamento e organização de estimulação precoce, após o planejamento devem ser estabelecidos os objetivos a serem alcançados pela criança (Marta, 2000). Diante da análise acredita-se que o planejamento e organização devem visar atividades que devem ser realizadas junto com a família da criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva é um tema bastante debatido nos dias atuais. Diante da pesquisa realizada sobre a educação inclusiva e deficiência visual foi possível observar que algumas unidades escolares ainda estão se adaptando a educação inclusiva dos alunos com deficiência visual. Porém é possível compreender com esta revisão bibliográfica que a união família e escola são primordiais para que ocorra a aprendizagem satisfatória.

Foi possível observar que a estimulação precoce é um dos primeiros passos para iniciar a vida escolar destes indivíduos. As metodologias utilizadas juntamente com a qualificação dos professores são capazes de garantir uma melhor aprendizagem de crianças com algum grau de cegueira. Não se pode esquecer-se do uso da tecnologia assistiva que vai possibilitar aos alunos com deficiência visual uma vida com maior autonomia e melhor qualidade de vida. Por tanto ainda existem muitas barreiras para a educação inclusiva, mas podemos identificar quais ações tem dado certo quando se refere à educação de alunos com algum grau de deficiência visual.

Há tempos as pessoas que apresentam algum tipo de deficiência vêm lutando contra as várias formas de discriminação e preconceitos que a sociedade tem arrastado por muitas décadas. Pois, a discriminação tem se configurado em uma forma de desprezo, isolamento; nota-se a falta de empatia para com essas pessoas.

No momento atual, o processo de inclusão tem sido motivo de discussões nas diversas esferas sociais, especialmente na educação, possibilitando que a pessoa com deficiência conquiste o espaço na sociedade, desenvolvendo suas habilidades, conquistando respeito e valorização no mundo atual.

Durante algum tempo a construção de uma educação inclusiva estava restrita ao discurso – acreditava-se que abrir os portões da escola para este público, inserir o aluno com deficiência no ambiente da sala de aula como medida de socialização, era suficiente para que a inclusão acontecesse. Assim, milhares de alunos não recebiam acompanhamento especializado, relegado às margens do processo educacional.

Sem acompanhamento e recursos pedagógicos específicos, não é possível falar em escola inclusiva; de mesma sorte, se a sociedade também não oferecer oportunidades, respeitando as especificidades do indivíduo, não será possível concretizar o paradigma inclusivo. É necessária a promoção de uma educação de qualidade, na qual, mais que propostas pedagógicas, devem-se adaptar atividades, recursos, espaço físico para todos, oferecendo condições necessárias para o desenvolvimento e autonomia como cidadão.

5 BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Educacionais sobre Estimulação Precoce: O portador de necessidades educacionais especiais.** Brasília. 1995.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: 1996.

BORGES, Tamires Coimbra Bastos. **Deficiência Visual: dificuldades e estratégias do professor no processo de inclusão escolar no ensino médio.** 2016. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, [São Luís] 27/10/2016.

BORGES, Wanessa Ferreira, MENDES, Enicéia Gonçalves. **Usabilidade de aplicativos de tecnologia assistiva por pessoas com baixa visão.** Revista Brasileira de Educação Especial 24 (2018): 483-500.

CASTANHEIRA, A. O.; KELMAN, C.A.. **“Deixa que eu falo” – A inclusão sob a ótica do estudante com deficiência intelectual.** VIII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. Londrina de 05 a 07 de novembro de 2013 – ISSN 2175 – 960X

COELHO, Cristina et al. **Tecnologia assistiva para acessibilidade de pessoas com deficiência visual a ambientes virtuais de aprendizagem.** SIED: EnPED-Simpósio Internacional de Educação a Distância e Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância, 2016.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia.** 1989.

DUTRA, Eliane Martins Silva. **A inclusão do deficiente visual no ensino regular.** 2011.
FERREIRA, Julio Romero. 1.1. **Panorama Nacional da Educação Inclusiva no Brasil.** 2003.

FÁVERO, E, A, G.; PANTOJA. L. de M. P.; MANTOAN, M. T. E. **Atendimento Educacional Especializado. Aspectos legais e orientação pedagógica.** Brasília: MEC/SEE/SEEESP, 2007.

FELICETTI, Suelen Aparecida; SANTOS, Elaine Maria dos. **Tecnologias assistivas, cegueira e baixa visão, paralisia cerebral: uma revisão da literatura.** Revista Tecnologia e Sociedade, v. 12, n. 24, p. 116-131, 2016.

FONSECA, João José Saraiva da. **Apostila de metodologia da pesquisa científica.** João José Saraiva da Fonseca, 2002.

GADOTTI, Moacir. **Construindo a escola cidadã: Projetos político pedagógico.** Série estudos, educação à distância. Brasileira: MEC. Secretaria de Educação à Distância. 1988.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Plageder, 2009.

DOMINGUES, Celma dos Anjos et al. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar. Os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira. 2010.

GIL, Marta (Org.). **Deficiência visual**. Brasília: MEC – Secretaria de Educação a Distância, 2000. 80 p. (Cadernos da TV Escola). Disponível em:

<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000344.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

GOFFMAN, E. **Estigma notas sobre a manipulação da identidade deteriorada** – Editora Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 1988.

INÁCIO, Wederson Honorato. *A inclusão escolar do deficiente auditivo: contribuições para o debate educacional*. FACILITADA.com.br 2010.

LIMA, E. I.; COSTA, J. B. O.; KLEBIS, A. B. S. O. **O processo de alfabetização em braille da criança com deficiência visual**. In: Colloquium Humanarum. 2013. p. 1114-1122.

MACEDO, Josenete Ribeiro. *Inclusão social do surdo: um desafio à sociedade, aos profissionais e a educação*. Belém/Pará 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar – Caminhos, descaminhos, desafios, perspectivas**. In: **Ensaio pedagógicos**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. III Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores – Educação Inclusiva: direito a diversidade

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MOSQUERA, Carlos Fernando França. **Deficiência visual na escola inclusiva**. Editora Ibpx, 2010.

NAZARI, Ana Clara Gomes; NAZARI, Juliano; GOMES, Maria Aldair. Tecnologia Assistiva (TA): do conceito a legislação–discutindo a TA enquanto política de educação inclusiva que contribui na formação e inclusão de pessoas com deficiência. In: **V Congresso de Psicopedagogia Escolar Ei Encontro de Pesquisadores em Psicopedagogia Escolar**. 2017. p. 1-16.

NUNES, Sylvia; LOMÔNACO, José Fernando Bitencourt. **O aluno cego: preconceitos e potencialidades**. Psicologia Escolar e Educacional, v. 14, p. 55-64, 2010.

OLIVEIRA, Renata Cruz de. **Processo de inclusão do deficiente visual-limites e avanços**. 2005. 41 f. Monografia (Curso de Pedagogia) - Centro Universitário De Brasília – UniCEUB, [Brasília]. 05/09/2021.

SANTOS, Elisama de Almeida. **Diferente é ser igual: a inclusão de crianças com deficiência no Ensino regular e as contribuições da família e do serviço social**. Cachoeira, 2012. 68f.

SANTOS, Helena Garcia dos; FALKENBACH, Atos Prinz. **Aprendizagem e desenvolvimento da criança com deficiência visual: os processos compensatórios de Vygotski**. Lecturas Educación Física y Deportes, v. 122, p. 1-7, 2008.